

MELLO, Guiomar Namó de. et alii. *Educação e transição democrática*. São Paulo, Cortez, 1985.

Esta publicação é resultado de um Seminário sobre *Educação e Transição Democrática* realizado em Brasília, em novembro de 1984. O evento, proposto pela Comissão de Educação do Senado Federal, teve por finalidade iniciar uma discussão sobre os caminhos a serem seguidos pelo setor educacional, no período de transição democrática, sob a presidência de Tancredo Neves.

Em que pese as modificações ocorridas neste curto período (morte de Tancredo/posse de Sarney), o conteúdo deste pequeno livro continua merecendo a atenção de todos aqueles, que como os autores, estão na vanguarda da luta por uma escola pública democrática no Brasil.

A importância deste trabalho, além de contribuir para que tenhamos mais claras as metas principais

para a Educação, nesta nova fase da República, está no levantamento de possíveis estratégias para que possamos atingir tais objetivos.

Com efeito, os autores apontam com muita objetividade, o que é necessário fazer para que o ensino de 1º grau possa ser, efetivamente universalizado, rompendo com os obstáculos históricos da seletividade e da incompetência da escola básica brasileira. Deixam, portanto, explícito seu compromisso com a defesa de caráter universal, gratuito e obrigatório da escola básica, garantia, a seu ver, do exercício da função social da Educação.

O texto inicial, de Guiomar Namó de Meilo, é o que apresenta uma visão mais global das questões que serão posteriormente abordadas na sua especificidade nos quatro arti-

gos que se seguem: financiamento da Educação (Jacques Velloso), formação do magistério (Míriam J. Ward), a questão da qualidade do ensino de 1º grau — o domínio do conteúdo — (Teresa Roserley da Silva), o ensino de 2º grau — a relação entre a educação e o trabalho — (Maria Umbelina C. Salgado).

O primeiro artigo que, de uma certa forma, consegue sintetizar o que é comum nos cinco autores, estabelece, e isto os diferencia de outros educadores também de vanguarda, que o local privilegiado da Educação, onde se devem concentrar esforços, ainda é a escola, a rede escolar pública que bem ou mal, vem atendendo a maioria da população, e constitui-se no espaço onde a especificidade da tarefa educativa — a transmissão e a socialização do saber sistematizado — tenta ser preservada.

O que se está querendo dizer com isto é que os autores, apesar de admitirem que, por força das circunstâncias a escola precisa assumir tarefas assistenciais, não concordam que estas ocupem preferencialmente e de tal modo o espaço escolar que impeçam ou dificultem a formação intelectual e sócio-cultural dos alunos. Por aqui perpassa, talvez, uma crítica à concepção idealista que amplia a função da escola, ad infinitum, colocando sobre seus ombros a resolução de uma vasta gama de problemas que vão, por exemplo, desde o combate à criminalidade, até a solução para a desnutrição e outras mazelas sociais, ao mesmo tempo em que “esquece” de cobrar com a mesma veemência a tarefa para a qual a escola se constitui historicamente: *ensinar a ler e escrever, a pensar e*

*lidar com números, a conhecer e dominar a história, a geografia e as ciências naturais, levar à aquisição de habilidades para pensar, resolver problemas, expressar-se e entender as expressões humanas.*

Para tal, adverte Guiomar Namó de Mello, os investimentos na educação básica devem centrar-se em pontos que digam respeito ao cotidiano da escola, isto é, que afetam diretamente o trabalho do professor: salário, apoio técnico aos docentes, infra-estrutura física e administrativa. Daí já a célebre bandeira dos movimentos docentes e discentes: públicas apenas ao ensino público.

Neste momento específico, Jacques Velloso nos esclarece a respeito de como é fácil desviar ou diminuir recursos destinados à escola de 1º grau, através de políticas de financiamento que se caracterizam, nestes longos anos de autoritarismo, por destinar somas imensas em atividades acessórias ao sistema de ensino. Dá, como exemplo, o programa de merenda escolar, entre outros, como assistência médico-odontológica e assistências de todos os tipos.

Outra questão tratada pelos autores e que se reveste de vital importância, hoje, para os educadores, é a discussão sobre universalidade do saber versus regionalismo. Este tema tem aflorado ultimamente com frequência e, se não bem compreendido, pode levar a um localismo estreito que sob alegação de contemplar as diversidades culturais e sociais, ponham em risco o núcleo comum mínimo de conhecimentos e habilidades necessárias a um ensino de boa qualidade para todos.

No texto "Melhoria da qualidade no 1º grau: o conteúdo e as condições concretas da escola" Teresa Roserley chama a atenção para a importância de se ensinar às crianças das camadas populares conteúdos universais, alertando para o equívoco de só se transmitir conteúdos pragmáticos, imediatos e limitados, sob a alegação de respeito à cultura popular. Há que lutar, diz ela, para que a escola básica seja unitária e tenha caráter universal, pois só assim, poderá (ao veicular conteúdos gerais e universais) permitir às crianças das camadas populares uma compreensão maior do sistema em que vivem, dando-lhes as condições, senão suficientes, pelo menos necessárias para que possam trabalhar pela transformação da sua realidade.

Muito importante para a melhoria de 1º grau, Miriam Warde nos lembra em seu texto "A Formação do magistério e outras questões", é a re-valorização do professor como o ator principal no processo de ensino. É preciso que sua formação seja de bom nível (olha aí nossa responsabilidade, Agências formadoras!!), proporcionando-lhe condições de uma atuação competente e sempre atualizada, via possibilidade de constantes cursos de aperfeiçoamento. Isto, somado à melhoria urgente do

salário e das condições de trabalho, as piores da já tão sofrida carreira docente, é condição indispensável para que o projeto Educação Básica dê certo.

Para finalizar, menciono *en passant* o tema de que trata Maria Umbelina, no artigo que fecha a seção. Assunto que tem dado muito o que pensar aos educadores brasileiros, o ensino de 2º grau e sua relação com o mundo do trabalho, é por ela abordado sem os costumes equívocos que nos últimos anos têm dado origem a políticas desastrosas.

Embora defenda a existência de cursos profissionalizantes, lembra o princípio da escola unitária e da importância de se "assegurar a todos os alunos o acesso ao conhecimento elaborado e universal, incluindo aquele necessário à compreensão das relações de trabalho e de participação social"...

Em síntese, a leitura do livro *Educação e Transição Democrática* é de fundamental importância para os educadores que, no obter uma melhor compreensão dos caminhos para a mudança da política educacional queiram participar desta jornada.